

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO N.º 01/MDN-DGRDN/2023

ANEXO IV

Modelo de Caução de bom cumprimento do contrato
(Garantia-bancária ou Seguro-Caução, a que se refere o artigo 22.º do Programa)

PARA: ESTADO PORTUGUÊS/MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL/DGRDN

Avenida Ilha da Madeira, 1

1400-204 Lisboa, Portugal

Garantia número *[a preencher pelo Banco]*

[data]

Exmo(s). Senhor(es),

A pedido de *[identificação do adjudicatário]* (o “ORDENANTE”), o *[identificação do banco ou da companhia de seguros, com atividade em Portugal]* (o “GARANTE”) presta, pelo presente documento, uma garantia no valor de *[montante absoluto garantido em €]*, correspondente a 5% do preço contratual do Contrato de *[designação/identificação do contrato]* (o “CONTRATO”), a celebrar com o ESTADO PORTUGUÊS (o “BENEFICIÁRIO”), destinada a assegurar o bom e pontual cumprimento das obrigações assumidas pelo ORDENANTE neste CONTRATO, regendo-se pelos seguintes termos e condições:

1. Pelo presente documento, o GARANTE garante, na qualidade de principal pagador, sem quaisquer reservas, e, em consequência, com renúncia ao benefício da excussão prévia do património do ORDENANTE, o pagamento da importância de *[numérico]* € *[montante absoluto por extenso]* (doravante designada por “MONTANTE GARANTIDO”).

2. A presente garantia constitui uma obrigação direta do GARANTE perante o BENEFICIÁRIO, que é autónoma, irrevogável, incondicional e à primeira solicitação.

3. O GARANTE obriga-se, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da receção, na *[morada do GARANTE]*, de declaração escrita do BENEFICIÁRIO, assinada pelo MINISTRO DA DEFESA NACIONAL ou por quem este delegar, a pagar ao BENEFICIÁRIO, por crédito na conta bancária indicada naquela declaração, o MONTANTE GARANTIDO ou, se inferior, o montante indicado na referida declaração.

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO N.º 01/MDN-DGRDN/2023

4. A declaração referida no número anterior constituirá comprovativo suficiente e conclusivo, sem necessidade de qualquer outra formalidade ou da apresentação de qualquer outro documento, de que a importância reclamada é devida ao abrigo desta garantia.

5. O GARANTE, caso venha a ser chamado a honrar a presente garantia, não pode opor ao BENEFICIÁRIO quaisquer exceções opostas pelo ORDENANTE, sendo-lhe igualmente vedado opor ao BENEFICIÁRIO quaisquer reservas ou meios de defesa que o ORDENANTE possa fazer valer contra o BENEFICIÁRIO.

6. A presente garantia entrará em vigor na data da sua emissão e permanece válida até que o BENEFICIÁRIO autorize expressamente a sua liberação, redução ou substituição, mediante declaração escrita assinada pelo MINISTRO DA DEFESA NACIONAL ou por quem este delegar, não podendo ser anulada ou alterada sem o consentimento do BENEFICIÁRIO.

7. A presente garantia fica sujeita à lei portuguesa e à jurisdição dos tribunais portugueses.

Com os melhores cumprimentos.

.....

LOCAL E DATA:

NOME E QUALIDADE DO SIGNATÁRIO:

ASSINATURA E CARIMBO: